CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

QUALIFICAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

META 7 - GESTÃO DE CAPACITAÇÃO

Biênio
2017 - 2018

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

ROGÉRIO KANAYAMA

JUÍZES AUXILIARES

LIDIANE RAFAELA ARAÚJO MARTINS

LUCAS MARTINS DE TOLEDO

LUIZ GUSTAVO FABRIS

MARCOS VINICÍUS CHRISTO

MÁRIO DITTRICH BILIERI

RAFAEL DE ARAÚJO CAMPELO

SÉRGIO LUIZ KREUZ

WILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR

Sumário

INTRODUÇÃO 2

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA 3

Academia da Magistratura Presencial 3

Academia da Magistratura Virtual 8

Produção Jurídico-Científica de Magistrados 9

MANUAIS: Magistrados e servidores 13

Correição com entrega pessoal do relatório 14

QUALIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA 16

Curso ProMagistratura 17

Curso de Práticas Administrativas 28

CGJ Qualifica 30

ProServidor 32

Preparação On-line para Pretendentes à Adoção 34

A.DOT 36

Acolhimento Familiar 37

Diálogos sobre Socioeducação 38

Curso de Capacitação sobre Depoimento Especial 39

CALENDÁRIO DE CURSOS DA CGJ 39

INTRODUÇÃO

A Meta nº 7 da Corregedoria-Geral da Justiça – estabelecida no Plano de Ação 2017/2018 – objetiva priorizar a capacitação, a orientação e o aperfeiçoamento dos Magistrados do Paraná, preocupação constante desta gestão. O desenvolvimento de projetos nessa área, além de contribuir para a evolução profissional de cada Magistrado e Servidor, é o meio fundamental para aprimorar o macrossistema jurídico e, consequentemente, obter prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

Nesse caminho, dividiu-se a meta de gestão de capacitação em dois ramos de atuação: a) Jurídico e b) Administrativo.

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

A gestão buscou a atualização com cursos de aperfeiçoamento e especialização, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) e com a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), com autorização da Presidência desta Corte.

O primeiro projeto é a **Academia da Magistratura**, que surgiu com um formato próprio: os palestrantes são os próprios Juízes e Desembargadores. Para reforçar a valorização da carreira e daqueles colegas que, além de suas atribuições do dia a dia, dedicam-se ao estudo de um tema específico, a Academia visa justamente fomentar a troca institucional desse conhecimento.

Com a rotina atribulada da Magistratura, infere-se que há pouco tempo para troca de ideias e de experiências. Diante dessa realidade, a nova gestão almejou criar esse espaço de debates entre os Magistrados.

Dr. Maurício Doutor

O passo inicial ocorreu nos dias 30 e 31 de março de 2017, em Curitiba. O 1º Ciclo da Academia da Magistratura tratou de Temas de Processo Civil e contou com a presença de 44 (quarenta e quatro)

Juízes de Direito Substitutos da Capital. O curso foi ministrado pelos Magistrados Fernando Andreoni Vasconcellos (Tutela Provisória de Urgência e Evidência), Maurício Doutor (Execução por quantia certa – atipicidade dos meios) e Rogério Cunha (Justiça Gratuita).

Nos dias 29 e 30 de junho de 2017, ocorreu o 2° ciclo, na cidade de Maringá, que teve como tema central "A concretização do direito à saúde e a atuação do Poder Judiciário".

O evento contou com a participação de 44 (quarenta e quatro) Magistrados. O curso foi ministrado pela Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima (Os limites objetivos do direito à saúde e o poder de exigir dos entes estatais o fornecimento de medicamentos não registrados perante a ANVISA – perspectiva teórica e jurisprudencial), pelos Juízes Substitutos em Segundo Grau Hamilton Rafael Marins Schwartz (Os limites procedimentais para o exercício do direito à saúde: a incorporação de novas tecnologias e a atuação do CONITEC) e Rogério Ribas (Os limites procedimentais: questões de fato cuja elucidação demanda conhecimento técnico especializado e a atuação do Núcleo de Apoio Técnico - NAT), pelo Juiz de Direito Marcos Vinícius Christo (Os limites procedimentais para o exercício do direito à saúde: a superação de regras na dispensação de medicamento, a preservação dos princípios da igualdade e da segurança jurídica e a necessidade da busca pela tutela coletiva quando há indicativo que a demanda pelo tratamento é mais ampla do que aquela retratada na ação individual), e pelos Juízes de Direito Substitutos Fernando Andreoni Vasconcellos (Os limites subjetivos do direito à saúde e a solidariedade dos entes estatais no dever de prestar serviços na área de saúde – perspectiva teórica e jurisprudencial) e Mário Dittrich Bilieri (Os limites objetivos do direito à saúde e o poder de exigir dos entes estatais o fornecimento de medicamentos, para o restabelecimento da saúde – perspectiva teórica e jurisprudencial).

Nos dias 31 de agosto e 1° de setembro de 2017, aconteceu o 3° Ciclo, na cidade de Londrina, que teve como tema central "O direito à infância e juventude e questões relacionadas ao Direito de Família". Participaram do evento 46 (quarenta e seis) Magistrados.

O curso foi ministrado pelo Des. Sigurd Roberto Bengtsson (Síndrome da Alienação Parental e seus reflexos na alteração do regime de convivência por meio de Tutela de Urgência), pela Des.ª Ivanise Maria Tratz Martins (Parentalidade socioafetiva e adoção: questões controvertidas), pelo Juiz Substituto em 2° Grau Sérgio Luiz Kreuz (Direito à convivência familiar), pelos Juízes de Direito Fábio Ribeiro Brandão

(Articulação da rede e procedimentos judiciais nas medidas de proteção) e Edson Jacobucci Rueda Junior (Multiparentalidade: possíveis efeitos do seu reconhecimento no ordenamento jurídico nacional) e pelo Juiz de Direito Substituto André Carias de Araújo (Métodos consensuais de solução de conflitos familiares).

O 4° Ciclo, que ocorreu no dia 9 de março de 2018, em Curitiba, no Auditório da Corregedoria-Geral da Justiça, contou com a participação de 21 (vinte e um) Juízes. O encontro buscou fomentar a discussão e a reflexão sobre questões relacionadas à Improbidade Administrativa. Para tanto, o Desembargador Leonel Cunha e o Juiz de Direito Juan Daniel Pereira Sobreiro discorreram, respectivamente, sobre "Os aspectos práticos do ato de Improbidade Administrativa" e "Desafios no recebimento da petição inicial e na análise do elemento subjetivo do ato ímprobo".

O 5° Ciclo aconteceu no dia 4 de maio de 2018, também no Auditório da Corregedoria-Geral da Justiça. Participaram desta última edição, que tratou de temas de Direito Penal e Processo Penal, 27 (vinte e sete) Magistrados. Na ocasião, os Desembargadores Jorge Wagih Massad e Luiz Osório Panza palestraram sobre a "Prisão preventiva e sua substituição por medidas cautelares diversas" e a "Dosimetria da Pena", respectivamente.

Ademais, no 4° e 5° Ciclos apresentaram-se aos Magistrados métodos eficientes de organização dos Gabinetes, por meio de técnicas de administração do Programa 5+5S, e novas ferramentas de análise e controle da produtividade, bem como o Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria (NEMOC).

A Academia da Magistratura também avançou para a modalidade virtual, com a finalidade de reafirmar o compromisso da gestão em capacitar e orientar os Juízes, tal como determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ACADEMIA DA MAGISTRATURA Virtual

CGJ 2017-2018

Entre os dias 31 de outubro e 6 de novembro de 2017, os Magistrados se inscreveram por meio do site da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), para ter acesso integral ao 1° Ciclo da Academia da Magistratura. As videoaulas ficaram disponíveis do dia 8 ao dia 20 de novembro de 2017. Mais de 120 (cento e vinte) Magistrados realizaram a inscrição

para o 1° Ciclo Virtual, que, como visto, discutiu Temas de Processo Civil.

Já o 2° Ciclo da Academia de Magistratura Virtual, relacionado ao Direito à Saúde, ocorreu no período de 19 de fevereiro a 4 de março de 2018, por meio do site da EMAP. As videoaulas, que foram disponibilizadas em 7 de março, puderam ser acessadas até dia 7 de abril de 2018.

A disponibilização virtual do 3° Ciclo, que tratou de temas relacionados à Infância e Juventude, ocorreu nos mesmos moldes dos anteriores, durante o período de 3 de maio a 3 de junho de 2018.

Por fim, disponibilizou-se o acesso virtual ao 4° Ciclo (Improbidade Administrativa) entre 20 de junho e 20 de julho de 2018, enquanto o 5° Ciclo (Temas de Direito Penal e Processo Penal) pôde ser visualizado no período de 12 de setembro e 12 de outubro de 2018.

Ao todo, aproximadamente 110 (cento e dez) Magistrados receberam certificação digital, com carga horária de 12 (doze) horas-aula, em razão da participação nos módulos da Academia da Magistratura Virtual. Solicitou-se, ainda, a anotação de tal fato na ficha funcional de cada um dos participantes, como forma de estimular o interesse demonstrado na atualização jurídica.

ACADEMIA DA MAGISTRATURA
CGJ 2017-2018
Produção Jurídico-Científica

A gestão de capacitação também estimulou a produção científico-jurídica, uma vez que os Magistrados palestrantes da Academia da Magistratura encaminharam textos acerca dos temas ministrados para publicação no Boletim Informativo Mensal e no site da Corregedoria-Geral da Justiça.

A medida buscou incentivar a elaboração de artigos pelo Magistrados e a divulgação de novas teses e estudos para os demais Juízes.

Confiram-se as publicações:

MEIOS ATÍPICOS DE EXECUÇÃO NA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

por Maurício Pereira Doutor;

A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE E A GENERALIZAÇÃO DA TÉCNICA MONITÓRIA

por Fernando Andreoni Vasconcellos;

O PARCELAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E O NCPC

por Rogério de Vidal Cunha;

UM BREVE PANORAMA ACERCA DOS LIMITES OBJETIVOS DO DIREITO À SAÚDE – PODER DE EXIGIR DOS ENTES ESTATAIS O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

por Mário Dittrich Bilieri;

A SUPERAÇÃO DE REGRAS NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTO, A PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA E A NECESSIDADE DA BUSCA PELA TUTELA COLETIVA QUANDO HÁ INDICATIVO DE QUE A DEMANDA PELO TRATAMENTO É MAIS AMPLA (EM TERMOS SUBJETIVOS) DO QUE AQUELA RETIRADA NA AÇÃO INDIVIDUAL

por Marcos Vinícius Christo;

OS LIMITES SUBJETIVOS DO DIREITO À SAÚDE E A SOLIDARIEDADE DOS ENTES ESTATAIS NO DEVER DE PRESTAR SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

por Fernando Andreoni Vasconcellos;

A INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS E A ATUAÇÃO DA CONITEC

por Hamilton Rafael Marins Schwartz;

LIMITES PROCEDIMENTAIS: QUESTÕES DE FATO CUJA ELUCIDAÇÃO DEMANDA CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO E A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO (NAT)

por Rogério Ribas;

ARTICULAÇÃO DA REDE DE PROCEDIMENTOS JUDICIAIS NAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

por Fábio Ribeiro Brandão;

MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

por André Carias de Araújo;

MULTIPARENTALIDADE: POSSÍVEIS EFEITOS DO SEU RECONHECIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

por Edson Jacobucci Rueda Junior;

O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

por Sérgio Luiz Kreuz;

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DESAFIOS NO RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL E NA ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO DO ATO ÍMPROBO

por Juan Daniel Pereira Sobreiro.

Além disso, outros Magistrados foram convidados ou se disponibilizaram a divulgar textos relatando suas experiências. A propósito:

FÓRUNS DESCENTRALIZADOS

por Adriana de Lourdes Simette;

A IMPORTÂNCIA DOS FÓRUNS DESCENTRALIZADOS

por Felipe Forte Cobo;

COMO A CAPACITAÇÃO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA SE MOSTROU UMA NOVA ESPERANÇA DA PAZ

por Ana Lucia Penhalbel Moraes;

EVOLUÇÃO E DESAFIOS NA ATUAÇÃO JURISDICIONAL CONTEMPORÂNEA

por Carlos Eduardo Mattioli Kockanny;

PROJETO ENXUGUE ESSA LÁGRIMA

por José Guilherme Xavier Milanez;

DEPOIMENTO ESPECIAL: O TERMO DE COOPERAÇÃO FIRMADO PELOS ÓRGÃOS DA REDE NO ESTADO DO PARANÁ

por Mayra dos Santos Zavattaro;

BUSINESS PROCESS MANAGEMENT COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PROCESSUAL

por Ricardo Piovesan;

CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR, COM ABERTURA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO À ADOÇÃO

por Érika Fiori Bonatto Müller;

DOS VÁRIOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS – MSCC

por Maria Teresa Thomaz;

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELA EDIÇÃO DE NORMA INCONSTITUCIONAL

por Diego Gustavo Pereira;

O DANO MORAL JURIDICAMENTE INDENIZÁVEL

por Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim;

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES DE POSSE E PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO

por Carolina Maia Almeida;

OFICINA DE PAIS

por Fabiana Leonel Ayres Bressan;

A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS DEVERES CONSTITUCIONAIS DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E CELERIDADE

DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: O PROBLEMA DA LÓGICA 'PRODUTIVISTA'

por Carlos Gregório Bezerra Guerra;

A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL NO PROBLEMA DAS CADEIAS PÚBLICAS SUPERLOTADAS E INSALUBRES DO ESTADO DO PARANÁ

por Bruna Greggio;

DIREITO PENAL DO INIMIGO: BREVE REFLEXÃO

por Marcella de Lourdes de Oliveira Ribeiro Mansano;

MAUS ANTECEDENTES E A DECISÃO DO STF NO HC Nº 162.305/SP, DE 27/9/2018

por Fabio Bergamin Capela;

O DANO MORAL COMO UMA DAS CAUSAS DO EXCESSO DE DEMANDA JUDICIAL

por Marcelo Gomes Feracin;

RECUPERAÇÃO JUDICIAL: DO CONTROLE JUDICIAL DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES AO ABUSO DE DIREITO AO VOTO – UMA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL

por James Byron Weschenfelder Bordignon;

ENTREGA VOLUNTÁRIA DE BEBÊS PARA ADOÇÃO: UM DIREITO AINDA POUCO CONHECIDO

por Robespierre Foureaux Alves.

A gestão do biênio 2017/2018 também publicou Manuais de orientação aos Magistrados e servidores. O primeiro, lançado em 20 de julho de 2017, foi o Manual de Procedimentos sobre Audiências de Custódia, elaborado sob orientação do então Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Leonardo Bechara Stancioli.

O segundo é o Manual de Processo Administrativo Disciplinar Atualizado, de autoria da Assessora Jurídica Marla Karine Borges.

Elaborou-se, ainda, a coletânea de Gestão de Fluxos Internos, organizado pela Dr.ª Lidiane Rafaela Araújo Martins, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. O material – que contém os principais procedimentos desta Unidade, com abordagem teórica e prática - é formado por quatro volumes: Magistrados (I), Servidor (II), Vitaliciamento (III) e Consultas CGJ (IV).

Em 2018, também ocorreu a divulgação dos seguintes volumes: Manual de Acolhimento Familiar – Orientações Iniciais (Sérgio Kreuz, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça); Manual do Aplicativo A.DOT (Sérgio Kreuz, Juiz de Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça); Academia da Magistratura – Volumes 1 e 2 (coletânea de textos produzidos pelos Juízes palestrantes da Academia da Magistratura, bem como de outros artigos produzidos por Magistrados sobre os mais variados temas, organizado pela Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Lidiane Rafaela Araújo Martins); Governança, Gestão por Competência e Programa 5+5S (Anelisa Martin Batista, Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça); Manual de Gestão de Unidade Judiciária (Assessora Jurídica Angélica Elisa Gadens); Roteiros de Inspeção Anual – PROJUDI (Lucas Martins de Toledo e Mário Dittrich Bilieri, Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça); Referências Práticas – Execução Fiscal (Assessor Jurídico Márcio Roberto Chaves); e Manual de Técnicas Avançadas – Projudi para Magistrados (Sérgio Bernardinetti, Juiz de Direito Substituto).

CORREIÇÃO COM ENTREGA PESSOAL DO RELATÓRIO

Outro caminho para a capacitação é, sem sombra de dúvida, a avaliação e o retorno das atividades desenvolvidas pelo Magistrado durante o período de correição. São pelas observações feitas no relatório reservado que o Magistrado pode refletir sobre o seu trabalho e sopesar em que ponto o aperfeiçoamento se faz mais necessário. A gestão do biênio 2017/2018, nesse aspecto, observou a importância da entrega pessoal dos relatórios reservados referentes as correições realizadas no Foro Central e Regional de Curitiba. Assim, vários Juízes receberam o documento na própria Corregedoria-Geral da Justiça, com debate direto e personalizado sobre os problemas detectados.

Em seguida, os Magistrados assistiram a uma apresentação no Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria (NEMOC). Num primeiro momento, houve a exposição do Sistema PROJUDI, em especial da “Mesa do Corregedor”. Essa é uma ferramenta que permite a extração de diversas informações, como acervo, tramitação processual, duração do processo, processos em atraso, produtividade dos Magistrados e dos servidores do 1° Grau de Jurisdição, processos arquivados e média de tempo para prolação ou cumprimento de decisões judiciais. Foram demonstrados, também, procedimentos para

acompanhamento das Unidades Judiciárias e formas de consulta específica a processos. Ainda, houve a exposição do gráfico e da tabela de monitoramento da digitalização, bem de como critérios de comparabilidade de Comarcas.

Na sequência, os Magistrados conheceram o Programa Gestão Integrada de Unidade Judiciais (PGI), com suas principais frentes de atuação, quais sejam, padronização de procedimentos; coleta e divulgação de boas práticas; aprimoramento do fluxo de informações entre a Corregedoria-Geral, os Departamentos do Tribunal de Justiça e as Unidades Judiciais do 1º Grau de Jurisdição; promoção da celeridade processual e da eficiência, e certificação das Unidades que atendam a padrões de excelência na prestação dos serviços judiciários. Houve a apresentação da página eletrônica do PGI e os Juízes foram incentivados a contribuir, por meio da troca de experiências, modelos e boas práticas.

PGI
PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA

Ao final, a equipe da Corregedoria-Geral colocou-se à disposição para contato e esclarecimento de eventuais dúvidas.

Com essas singelas mas importantes medidas, a Corregedoria-Geral objetivou cumprir e reafirmar sua função de orientação (CN, art. 24)[1] , além de aproximar os Magistrados da Administração.

QUALIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A função administrativa engloba: a) gestão do Gabinete; e b) gestão da Secretaria.

Inicialmente, o enfoque da Corregedoria-Geral da Justiça foi o Gabinete. Com o intuito de otimizar o trabalho do Magistrado e buscar mecanismos que o auxiliem na condução do grande número de processos, o treinamento para o uso avançado do sistema eletrônico PROJUDI era a primeira providência a ser concretizada.

Identificou-se, nas correições realizadas, pouco aproveitamento das ferramentas postas à disposição pelo Sistema PROJUDI.

A adequada utilização de todos os recursos gerenciais e de informática contribuirá para a maior celeridade da prestação jurisdicional.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 2017/2018
PROMAGISTRATURA

Nessa seara, a Corregedoria-Geral da Justiça promoveu o curso ProMagistratura durante o biênio 2017/2018, por meio do qual capacitou de aproximadamente 200 (duzentos) Magistrados de todo Estado do Paraná.

1 Art. 24. A função correcional consiste na orientação e na fiscalização permanente de Juízes, Servidores, Serventuários, Agentes Delegados, Serviços Auxiliares e Unidades Prisionais, e será exercida em todo o Estado pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelo Corregedor da Justiça e, nos limites das suas atribuições, pelos Juízes Auxiliares.

A instrução do curso ficou a cargo do Juiz de Direito Sérgio Bernardinetti, o qual propôs a esta Corregedoria-Geral da Justiça transmitir seus conhecimentos de informática aos Magistrados, no seguinte formato:

Objetivo:	Capacitar os Magistrados para o uso avançado das funcionalidades do Sistema PROJUDI e SEI, para o aprimoramento da prestação jurisdicional
Público Alvo:	Pequeno grupo de Magistrados de determinada região
Carga Horária:	2h30min
Data:	Preferencialmente pelo período da manhã ou nos finais de semana
Local:	Sede da Seção
Tutor:	Dr. Sérgio Bernardinetti
Supervisão no dia do curso:	Juiz Auxiliar da CGJ
Conteúdo:	(a) Mesa do Magistrado (b) Utilização de agrupadores para encaminhamento de conclusão ao Magistrado e aos assessores (despachos múltiplos) (c) Modelos salvos no próprio PROJUDI (d) Classificação de tipos de processos, anotações e alertas (e) Controle de processos paralisados na Serventia (f) Relatórios da serventia (g) Despachos múltiplos (h) Carta Precatória em lote (i) Controle da produtividade dos assessores e estagiários (j) Formatação e padronização (h) Cabeçalho completo (k) Demais aspectos sugeridos pelo Palestrante-Tutor
Avaliação:	Após o curso, será preenchida pelos participantes ficha de avaliação do curso

O conteúdo ministrado dividiu-se em três partes. A primeira compreendeu a exposição do histórico de implantação do Sistema PROJUDI no Estado do Paraná, com apresentação do aparato tecnológico disponível. Na segunda, realizou-se o treinamento dos participantes para o uso mais proveitoso do Sistema e a resolução de eventuais dúvidas. Na terceira e última etapa, discutiram-se os problemas habituais que prejudicam os computadores e Sistemas, com a demonstração de procedimentos para tentar solucioná-los sem o auxílio técnico especializado.

O Curso ProMagistratura teve início no dia 14 de julho de 2017, às 9h, no Fórum da Comarca de Francisco Beltrão. A Juíza Diretora do Fórum Joseane Catusso Lopes de Oliveira se responsabilizou pela organização local. Participaram do 1° Ciclo 12 (doze) Magistrados da Região Sudoeste: Paulo Roberto Gonçalves de Camargo Filho, Lisiane Heberle Mattos, Carina Daggios, Ivan Buatim, Janaína Monique Zanellato Albino, Maciéo Cataneo, Micheli Franzoni, Rodrigo Luiz Xavier Costa de Assis Silva, Leonardo Marcelo Mounic Lago, Marcio de Lima, Divangela Precoma Moreira Kuligowski e Flávia Molfi de Lima.

No dia 4 de agosto de 2017, a Comarca de Cruzeiro do Oeste recebeu o 2° Ciclo. O Curso, que teve como organizadora local a Juíza Diretora do Fórum Roseli Maria Geller Barcelos, contou com a participação de 11 (onze) Magistrados: Gustavo Adolpho Perioto, Christian

Reny Gonçalves, Aneiza Vanessa Costa do Nascimento, Pedro Sérgio Martins Júnior, Márcio Augusto Matias Perroni, Adriano Cezar Moreira, Fabiana Matie Sato, Daniele Liberatti Santos, Luzia Terezinha Grasso Ferreira, Gabriela Luciano Borri Aranda e Carlos Eduardo Zago Udenal.

O ciclo seguinte aconteceu na Comarca de Jacarezinho, em 24 de agosto de 2017, e teve como coordenador local o Juiz Renato Garcia, Diretor do Fórum. O 3° Ciclo do Curso ProMagistratura contou com a participação de mais de 15 (quinze) Magistrados: Roberto Arthur David, Juliana Pinheiro Ribeiro, Thais Terumi Oto, Mario Augusto Quinteiro Celegatto, Joana Tonetti Biazus, Heloisa Helena Avi Ramos, Julio Cesar Michelucci Tanga, Marcella de Lourdes de Oliveira Ribeiro Mansano, Apoema Carmem Ferreira Vieira Domingos Martins Santos, Amin Abil Russ Neto, Paula Chedid Magalhães, Andrea Russar Rachel, Maristella Andrade de Carvalho, Vanessa de Biassio Mazzutti e Fabiana Januário Pesseghini.

O 4° Ciclo ocorreu em 1° de setembro de 2017 e teve como sede a Comarca de Maringá. O organizador local foi o Juiz Willian Artur Pussi, Diretor do Fórum. Participaram deste ciclo 16 (dezesseis) Juízes: Airton Vargas da Silva, Claudio Camargo dos Santos, Daniela Palazzo Chede Bedin, Humberto Luiz Carapunarla, Jaime Souza Pinto Sampaio, Juliano Albino Manica, Marcel Ferreira dos Santos, Mônica Fleith, Pedro Roderjan Rezende, Robespierre Foureaux Alves, Siladelfo Rodrigues da Silva, Suzie Caproni Ferreira Fortes, Ana Lucia Penhalbel Moraes, Givanildo Nogueira Constantinov, Anacléa Valéria de Oliveira Schwanke e Camila de Britto Formolo.

Em 13 de setembro de 2017, a coordenação local do 5° Ciclo, em Paranaguá, ficou sob orientação da Juíza Pamela Dalle Grave Flores, Diretora do Fórum. Estiveram presentes 11 (onze) Magistrados: Louise Nascimento e Silva, Guilherme Moraes Nieto, Giovana Ehlers Fabro Esmanhotto, Mercia Deodato do Nascimento, Cintia Graeff de Luca, Walter Ligeiri Júnior, Rafael Kramer Braga, Priscila Soares Crocetti, Pedro de Alcântara Soares Bicudo e Ricardo José Lopes.

Já o 6° Ciclo, realizado na Comarca de Toledo, no dia 25 de setembro de 2017, e sob organização do Juiz Eugênio Giongo (Diretor do Fórum), teve 11 (onze) Magistrados

participantes: Denise Terezinha Corrêa de Melo Krueger, Figueiredo Monteiro Neto, Luciana Lopes do Amaral Beal, Raphael de Morais Dantas, Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini, Berenice Ferreira Silveira Nassar, Luiz Fernando Montini, Renato Cigerza, Arthur Araújo de Oliveira, Sidnei Dal Moro e Sérgio Laurindo Filho.

Na sequência, promoveu-se, no dia 27 de outubro de 2017, o Ciclo da Comarca de Cascavel, organizado com o auxílio do Juiz Diretor do Fórum Eduardo Villa Coimbra Campos. No 7° Ciclo, registrou-se a presença de 9 (nove) Magistrados: Pedro Ivo Lins Moreira, Nicia Kirchkein Cardoso, Phellipe Müller, Osvaldo Alves da Silva, Fernanda Consoni, Jaqueline Allievi, Valmir Zaias Cosechen, Gabrielle Britto de Oliveira e Erika Fiori Bonatto Müller.

O 8° Ciclo aconteceu na Comarca de União da Vitória, no dia 11 de novembro de 2017. Participaram dessa edição 9 (nove) Juízes: Emerson Luciano Prado Spak (coordenador local), Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, Leonor Bisolo Constantinopolos Severo, Luis Mauro Lindenmeyer Eche, Gyordano Brenno Weschenfelder Bordignon, Ítalo Mario Bazzo Júnior, Fernando Eugênio Martins de Paula Santos Lima, Elvis Jakson Melnisk e Alexandro Cesar Possenti.

Posteriormente, a Comarca de Arapongas sediou o 9° Ciclo, em 24 de novembro de 2017, com a organização local da Juíza Renata Maria Fernandes Sassi Fantin (Diretora do Fórum). Participaram do evento 10 (dez) Magistrados: Amarildo Clementino Soares, Leane Cristine do Nascimento Oliveira, Luciano Souza Gomes, Gabriel Rocha Zenun, Raphaella Benetti da Cunha Rios, Tatiane Garcia Silvério de Oliveira, Oswaldo Soares Neto, Rogério Tragibo, José Roberto Silvério e Laercio Franco Junior.

O último ciclo de 2017 ocorreu na Comarca de Londrina, nos dias 30 de novembro e 1° de dezembro. Participaram do 10° Ciclo do ProMagistratura 27 (vinte e sete) Magistrados: Gustavo Peccinini Netto (coordenador local), Nara Meranca Bueno Pereira Pinto, Angela Tonetti Biazus, Adriana Carrilho Danna Persiani, Juliana Trigo de Araújo Conceição, Sérgio Aziz Neme, Ana Cristina Cremonezi, Ana Paula Becker, Marina Martins Bardou Zunino, Osvaldo Taque, Fabiana Leonel Ayres Bressan, Jessica Valéria Catabriga Guarnier, Karina de Azevedo Malaguido, Emil Tomás Gonçalves, Felipe Bernardo Nunes, Marcus Renato Nogueira Garcia, Leonardo Delfino César, Rosângela Faoro, Alberto José Ludovico, Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, Paulo Cesar Roldão, Maurício Boer, Caroline de Castro Carrijo, Stephanie

Assis Pinto de Oliveira, Ricardo Luiz Gorla, Luiz Valerio dos Santos e Karina de Azevedo Malaguido.

Em continuidade, o 11° Ciclo ocorreu na Comarca de Cornélio Procópio, no dia 26 de janeiro de 2018. Participaram do evento, cuja organização local ficou a cargo do Juiz Guilherme Formagio Kikuchi (Diretor do Fórum), os Magistrados Luciana Andretta Molin Usae, Cynthia de Mendonça Romano e Ernani Scala Marchini.

O 12° Ciclo, realizado no dia 2 de março de 2018, na Comarca de Palmeira, sob coordenação local da Juíza Cláudia Sanine Ponich Bosco, contou com a presença de 14 (quatorze) Juízes: Marcos Takao Toda, Kelly Sponholz, James Byron Weschenfelder Bordignon, Alexandra Aparecida de Souza Dalla Barba, Adriana Paiva, Kléia Bortolotti, Erika Watanabe, Ronney Bruno dos Santos Reis, José Augusto Guterres, Jonathan Cheong, João Batista Spanier Neto, Ana Beatriz Azevedo Lopes, Norton Thome Zardo e Antonio José Silva Rodrigues.

No dia 9 de abril de 2018, Campo Mourão recebeu o 13° Ciclo, do qual participaram 10 (dez) Magistrados: Cezar Ferrari (organizador local), Luzia Terezinha Grasso Ferreira, Edson Jacobucci Rueda Junior, Rui Antonio Cruz, Paulo Eduardo Marques Pequito, Bruna Grasso Ferreira, Fabrício Voltaré, Mayra dos Santos Zavattaro, Gabriela Luciano Borri Aranda e Mario Carlos Carneiro.

Mais 9 (nove) Juízes participaram do 14° Ciclo, que ocorreu no dia 4 de maio de 2018, na Comarca de Paranavaí: Anacléa Valéria de Oliveira Schwanke (coordenadora local), Chélida Roberta Soterroni Heitzmann, Josiane Pavelski Borges, Eveline Soares dos Santos Marra, Décio Luiz Monteiro do Rosário, José Foglia Junior, Rodrigo Domingos de Mais, João Guilherme Barbosa Elias e Vitor Toffoli.

O 15° Ciclo, por sua vez, aconteceu na Comarca de Ivaiporã, no dia 14 de maio de 2018. Na ocasião, 7 (sete) Magistrados participaram do curso: Adriana Marques dos Santos (coordenadora local), José Chapoval Cacciacarro, Dirceu Gomes Machado Filho, Lívia Antunes Caetano, Maria Ângela Carobrez Franzini, Amanda Vaz Cortesi Von Bahten e Andrea de Oliveira Lima Zimath.

Na sequência, designou-se o Foro Regional de Almirante Tamandaré para sediar o 16° Ciclo, realizado no dia 3 de julho de 2018. Além do Juiz responsável pela organização local (Silvio Allan Kardec Torralbo Siqueira), outros 7 (sete) Magistrados participaram do

evento: Marcos Antônio da Cunha Araújo, Gustavo Hoffmann, José Aristides Catenacci Júnior, Vivian Cristiane Eisenberg de Almeida Sobreiro, Alexandre Moreira Van Der Broocke, Liana de Oliveira Lueders e Rafael Luís Brasileiro Kanayama.

O último ciclo ocorreu no dia 5 de outubro de 2018, na Comarca de Guarapuava, sob a coordenação local do Magistrado Ricardo Alexandre Spessato de Alvarenga Campos. Participaram do 17° Ciclo 10 (dez) Juízes: Paula Michelle da Silva, Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Ângelo, Carmen Silvania Zolandeck Mondin, Patrícia Roque Carbonieri, Paola Mancini, Bernardo Fazolo Ferreira, Vinícius de Mattos Magalhães, Glauco Alessandro de Oliveira, Luciana Luchtenberg Torres Dagostim e Rafhael Wasserman.

Ao final de cada ciclo, determinou-se anotação da participação na ficha funcional dos Magistrados, que também preencheram ficha de avaliação sobre o evento.

O Juiz Sérgio Bernardinetti elaborou, com base nos ciclos ministrados, o Manual de Técnicas Avançadas – PROJUDI para Magistrado, que resume os métodos apresentados para otimizar a prestação jurisdicional.

Confira o cronograma completo do Projeto:

CRONOGRAMA DE CICLOS DO CURSO "PROMAGISTRATURA"					
1 ° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO	14.7.2017	FÓRUM DA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO	9h	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Joseane Catusso Lopes de Oliveira
2° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE	4.8.2017	FÓRUM DA COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE	9h	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Roseli Maria Geller Barcelos
3° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE JACAREZINHO	24.8.2017	SALÃO DO JÚRI DA COMARCA DE JACAREZINHO	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Renato Garcia
4° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	C OORDENADOR LOCAL
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	1.9.2017	FÓRUM CENTRAL DE MARINGÁ	9h	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Willian Artur Pussi
5° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE PARANAGUÁ	13.9.2017	FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE PARANAGUÁ	9h	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Pamela Dalle Grave Flores
6° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE TOLEDO	25.9.2017	FÓRUM DA COMARCA DE TOLEDO	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Eugênio Giongo
7° CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE CASCAVEL	27.10.2017	SALÃO DO JÚRI OU SALA DE REUNIÕES DA COMARCA DE CASCAVEL	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Eduardo Villa Coimbra Campos

8º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA	10.11.2017	FÓRUM DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Emerson Luciano Prado Spak
9º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE ARAPONGAS	24.11.2017	SALÃO DO JÚRI DO FÓRUM DA COMARCA DE ARAPONGAS	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Renata Maria Fernandes Sassi Fantin
10º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE LONDRINA	30.11.2017 e 1º.12.2017	FÓRUM CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Gustavo Peccinini Netto
11º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	26.1.2018	FÓRUM DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Guilherme Formagio Kikuchi
12º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE PALMEIRA	2.3.2018	FÓRUM DA COMARCA DE PALMEIRA	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Cláudia Sanine Ponich Bosco
13º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE CAMPO MOURÃO	9.4.2018	FÓRUM DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Cezar Ferrari
14º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE PARANAVAÍ	4.5.2018	FÓRUM DA COMARCA DE PARANAVAÍ	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Anacléa Valéria de Oliveira Schwanke
15º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE IVAIPORÃ	14.5.2018	FÓRUM DA COMARCA DE IVAIPORÃ	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr.ª Adriana Marques dos Santos
16º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	3.7.2018	FÓRUM DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Silvio Allan Kardec Torralbo Siqueira
17º CICLO	DATA	LOCAL	HORÁRIO	INSTRUTOR	COORDENADOR LOCAL
COMARCA DE GUARAPUAVA	5.10.2018	FÓRUM DE GUARAPUAVA	8h30	Dr. Sérgio Bernardinetti	Dr. Ricardo Alexandre Spessato de Alvarenga Campos

Curso de Práticas Administrativas

O compromisso estabelecido na Meta nº 7 no Plano de Ação para o biênio 2017/2018 levou à realização do Curso de Aperfeiçoamento em Práticas Administrativas.

O curso teve como finalidade apresentar soluções às questões jurídicas enfrentadas pelos Magistrados paranaenses na condução de processos disciplinares no 1º Grau de Jurisdição. Debateram-se tanto temas teóricos quanto práticos.

Com o intuito de alcançar o maior número possível de Magistrados e estabelecer um

atendimento personalizado, formaram-se pequenos grupos de Juízes por edição. Confira o conteúdo programático:

I	**COMPETÊNCIA**
	a) Diferenças entre a competência para a apuração dos fatos e a competência para julgamento (conforme a penalidade hipotética atribuída ao caso concreto); b) Competência do Juiz de Direito e do Corregedor-Geral da Justiça.
II	**PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS**
	a) Investigação Preliminar; b) Sindicância: 1. Portaria de Instauração 2. Instrução 3. Conclusão
III	**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
	a) Instauração; b) Citação e Intimação; c) Defesa; d) Instrução; e) Conclusão: 1. Relatório e seus requisitos 2. Sentença f) Sanções Aplicáveis; g) Comunicações devidas – Carta CGJ; h) Afastamento Cautelar.
IV	**CARGA HORÁRIA**
	Das 13h30 às 18h
V	**ORIENTAÇÃO**
	Marla Karine Borges, Assessora Jurídica e autora do Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGJ, pós-graduada em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Positivo e em Direito Ambiental pela Universidade do Vale do Itajaí.

A 1ª Edição do Curso de Práticas Administrativas ocorreu no dia 11 de outubro de 2017, em Curitiba, na sede da Corregedoria-Geral da Justiça, e prestigiou 10 (dez) Juízes das Comarcas de Entrância Inicial.

No dia 9 de fevereiro de 2018, realizou-se a 2ª Edição, que contou com a participação de 21 (vinte e um) Magistrados das Comarcas de Entrância Intermediária e Inicial. O evento aconteceu no Auditório da Corregedoria-Geral da Justiça (10° andar do Prédio Anexo).

Igualmente, a 3ª Edição aconteceu no Auditório da Corregedoria-Geral da Justiça, no dia 6 de abril de 2018. Participaram do evento 19 (dezenove) Magistrados, que atuavam sobretudo nas Comarcas de Entrância Final.

Cada edição do Curso de Práticas Administrativas dividiu-se em 3 (três) etapas: (a) palestra da Assessora Jurídica Marla Karine Borges; (b) apresentação, pela Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral, Anelisa Martin Batista, do Programa 5+5S, implantado em diversas Unidades Judiciárias do Estado do Paraná; (c) visita e apresentação, pela Assessora Jurídica Angélica Elisa Gadens, do Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria (NEMOC), que passou por relevante reestruturação na gestão do biênio 2017/2018.

Ao final de cada edição, determinou-se anotação da participação na ficha funcional dos Magistrados, que também preencheram ficha de avaliação sobre o evento.

Para avançar na capacitação interna e, assim, concretizar o objetivo definido na Meta Interna nº 7, a Corregedoria-Geral da Justiça também promoveu o CGJ Qualifica, com o compromisso de atualizar os assessores da Corregedoria-Geral da Justiça. O curso ocorre sob a supervisão da Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Lidiane Rafaela Araújo Martins.

O 1º Módulo, voltado aos Assessores Jurídicos e Correcionais do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2018, às 13h, no Auditório da CGJ - espaço criado para a realização de cursos, palestras e simpósios. Na ocasião, a da Assessora Jurídica Marla Karine Borges fez a exposição inicial, que contemplou os "Aspectos avançados do Processo Administrativo". Em seguida, a Assessora Jurídica Angélica Elisa Gadens explanou sobre "O dimensionamento da força de trabalho no 1º Grau de Jurisdição, a unificação de Secretarias e a Central de Mandados".

No 2º Módulo, o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Wilson José de Freitas Junior tratou sobre o PROJUDI Correição e a Correição Virtual, enquanto a Assessora Jurídica Maria Eugênia Gonzaga Lopes explanou sobre a Estatização e a Organização Judiciária do Estado do Paraná.

No 3º Módulo, houve palestra com a Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, Anelisa Martin Batista, sobre a Estrutura do Tribunal de Justiça, principalmente da Corregedoria-Geral da Justiça e a atual reestruturação. O Assessor Correcional Caio Cassou Junior também ministrou palestra, com o tema Correição Criminal.

O 2º e 3º Módulos ocorreram, respectivamente, em 27 de abril de 2018 e 14 de setembro de 2018, no Auditório da CGJ.

O 4º Módulo aconteceu entre os dias 4 e 6 de setembro de 2018, com objetivo de capacitar os Servidores e Estagiários integrantes da Equipe de Apoio à Prestação Jurisdicional no 1º Grau, Unidade Permanente de Apoio e Projeto Acervus. Na ocasião, os participantes foram instruídos sobre as tarefas de Secretarias de Unidades Judiciárias do 1º Grau constantes no Programa II do Curso ProServidor (Área Cível, Módulos I a V).

Além disso, em 2017 e 2018 servidores e estagiários da Corregedoria-Geral da Justiça receberam treinamento sobre os sistemas utilizados na Unidade (SEI e PROJUDI) e participaram de vários cursos de redação oficial.

PROSERVIDOR
CGJ 2017 - 2018

Idealizado com o compromisso de capacitar e orientar os servidores do 1º Grau de Jurisdição, de modo a uniformizar a execução de atos processuais, diminuir o tempo médio de tramitação dos processos e melhorar a prestação jurisdicional, o ProServidor está alinhado ao plano de atenção prioritária ao 1º Grau (Resoluções nº 194 e 195/2014, do Conselho Nacional de Justiça), ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Paraná para 2015/2020 e, sobretudo, à Meta Interna nº 7 da CGJ.

O Projeto, que é organizado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Marcos Vinicius Christo, divide-se em dois programas de capacitação, desenvolvidos de acordo com as funções dos Chefes de Secretaria e dos demais servidores responsáveis pelo suporte técnico.

A 1ª turma do Programa I, destinado aos Chefes de Secretaria das Varas Cíveis da Região Metropolitana de Curitiba, recebeu capacitação entre 13 e 16 de março de 2018, no Auditório da Corregedoria-Geral da Justiça. Na oportunidade, houve a exposição de métodos de gestão e liderança. Os módulos foram ministrados pelos servidores públicos Angélica Elisa Gadens (Assessora Jurídica do TJPR), Lucineli Rodrigues Saldanha Kuster Gonçalves (Técnico Judiciário do TJPR) e Mozar de Ramos (Coordenador de Educação, Desenvolvimento e Saúde do TRE).

A 2ª Turma, composta por Chefes de Secretaria de Varas Cíveis do interior do Estado, recebeu capacitação entre 7 e 8 de junho de 2018, nos mesmos moldes.

A 3ª Turma, formada por Escrivães de Varas Criminais de várias Comarcas, participou do curso entre 24 e 26 de setembro de 2018. Nesta etapa, houve, também, módulo ministrado pelo Assessor Correcional Caio Cassou Junior.

Participaram das 3 (três) turmas do Programa I 94 (noventa e quatro) Chefes de Secretaria e Escrivães.

Veja o cronograma completo da 1ª fase do ProServidor:

1º MÓDULO – GESTÃO DE SECRETARIA	
13h00/13h30	Abertura
13h30/15h30	Procedimentos, Setorização e Perfis Organizacionais
15h30/16h00	Intervalo
16h00/18h00	Gestão por Competências – Perfis Funcionais
2º MÓDULO – GESTÃO DE PESSOAS I	
13h00/15h00	Motivação e Valorização
15h00/15h30	Intervalo
15h30/17h30	Trabalho em Equipe, Comunicação e Meritocracia
3º MÓDULO – GESTÃO DE PESSOAS II	
13h00/15h00	Relacionamento interpessoal no trabalho
15h00/15h30	Intervalo

15h30/17h30	Relacionamento interpessoal no trabalho
4º MÓDULO – PLANO DE GESTÃO	
13h00/15h00	Identificação de causas e definição de ações de melhoria.
15h00/15h30	Intervalo
15h30/17h30	Coordenação dos trabalhos e apuração dos resultados.
17h30/18h00	Encerramento

Já o Programa II é voltado aos demais responsáveis pelo suporte técnico e consiste na disponibilização de vídeos tutoriais, fluxos de procedimentos, modelos de documentos e material de apoio ao exercício das atividades, elaborados com o auxílio de servidores do 1º Grau de Jurisdição.

Em atenção ao deliberado pelo Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – CCOGE, durante os trabalhos do 75º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, especificamente o item 10 da Carta decorrente do referido Encontro, que determina o "incentivo das adoções necessárias através de meios e práticas que visem à ampliação do perfil dos habilitados no Cadastro Nacional de Adoção (CNA)", a Corregedoria-Geral da Justiça desenvolveu, em conjunto com o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) e o Juiz Auxiliar da CGJ Sérgio Luiz Kreuz, a Preparação On-line para Pretendentes à Adoção.

O objetivo é informar e orientar os pretendentes à adoção em relação aos procedimentos processuais e demais aspectos psicossociais que envolvem o processo adotivo, nos termos do art. 197-C do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na 1ª Edição, transmitiram-se os encontros entre os dias 10 e 31 de outubro de 2017, para 65 (sessenta e cinco) Comarcas. Esta edição contou com 870 (oitocentos e setenta) inscritos dos Estados do Paraná, Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Os encontros da 2ª Edição, foram transmitidos entre os dias 2 e 18 de abril de 2018. O evento contou com 1.130 (mil cento e trinta) inscritos, de 142 (cento e quarenta e duas) Comarcas, espalhadas pelos Estados do Paraná, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

Na sequência, a 3ª Edição ocorreu entre os dias 8 e 24 de outubro de 2018 e contou com a participação de mais de 930 (novecentos e trinta) inscritos, distribuídos por 82 (oitenta e duas) Comarcas de 9 (nove) Estados brasileiros – Paraná, Bahia, Ceará, Goiás, São Paulo,

Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Ressalte-se, por fim, que a 2ª e a 3ª Edições contaram com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ), da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e do Grupo de Apoio à Adoção Consciente (GAACO).

A Corregedoria-Geral da Justiça lançou o Aplicativo A.DOT, concebido com a finalidade de dar maior visibilidade às crianças e aos adolescentes cadastrados para adoção que não encontram pretendentes habilitados no Cadastro Estadual ou Nacional de Adoção.

Trata-se de aplicativo para smartphones, de acesso exclusivo para habilitados à adoção, por meio do qual é possível a consulta ao cadastro de crianças e adolescentes que estão em condições de serem adotadas. Além disso, constam no aludido aplicativo vídeos gravados por voluntários selecionados e capacitados pelo Instituto RPC, nos quais as crianças e adolescentes narram suas histórias e expõem suas expectativas.

Desde o lançamento, em maio de 2018, houve quase 9.000 (nove mil) solicitações de acesso, das quais aproximadamente 2.800 (duas mil e oitocentos) foram deferidas. Até o momento, 57 (cinquenta e sete) crianças tiveram seus dados, fotos e vídeos inseridos no Aplicativo. Além disso, houve aproximadamente 70 (setenta) pedidos de aproximação.

Para a implantação e desenvolvimento do Projeto, a Corregedoria-Geral da Justiça contou com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e com o auxílio do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude do Paraná (CONSIJ), da Agência Bla & Blu, do Grupo de Apoio à Adoção Consciente (GAACO), da CEJA/PR, do Instituto RPC e do Ministério Público do Estado do Paraná.

Por meio de parceria entre a Corregedoria-Geral da Justiça, o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) e o Município de Cascavel, realizaram-se 2 (dois) Congressos internacionais de Acolhimento Familiar, a fim de promover debates para o aperfeiçoamento dos serviços de Acolhimento Familiar.

O 1º evento, que ocorreu entre 3 e 4 de abril de 2017, teve mais de 500 (quinhentos) participantes, de vários Estados, e culminou na elaboração da "Carta de Cascavel para o Desenvolvimento dos Programas de Acolhimento Familiar no Brasil", encaminhada à então Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia.

Participaram do 2º evento, que aconteceu entre 22 e 25 de julho de 2018, mais de 400 (quatrocentos) congressistas, de todas as regiões do País, que puderam ouvir, ao final, emocionantes relatos de crianças acolhidas e de família acolhedoras.

Nas duas oportunidades, além de diversas autoridades brasileiras, havia palestrantes internacionais.

DIÁLOGOS SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

A Corregedoria-Geral da Justiça e o Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ) promoveram o curso virtual Diálogos sobre Socioeducação – Medidas Socieducativas em Meio Aberto, que foi transmitido para mais de 140 (cento e quarenta) pontos espalhados por todo o Estado do Paraná.

O evento teve mais de 1.500 (mil e quinhentos) inscritos, entre os quais Magistrados, Promotores, Defensores Públicos e Servidores das equipes interprofissionais do Poder Judiciário e profissionais dos programas de execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Ao final, houve a expedição de quase 1.000 (mil) certificados àqueles que participaram de todos os encontros, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de maio de 2018.

O curso contou com o apoio da EMAP, do MP/PR, da Defensoria Pública do Estado do Paraná e das Secretarias de Estado da Família e Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE DEPOIMENTO ESPECIAL

Em parceria com o CONSIJ e a ESEJE, promoveu-se o 1º Curso de Capacitação sobre Depoimento Especial, com o objetivo de fornecer instrumentos teóricos e práticos aos profissionais, a fim de elucidar os principais aspectos, protocolos e elementos norteadores das ações na área da Infância e da Juventude relacionadas ao depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

A primeira fase, dividida em duas edições – de 17.9.2018 a 12.11.2018 e de 8.10.2018 a 3.12.2018 -, era composta por aulas ofertadas pela ESEJE, na modalidade de ensino a

distância. Disponibilizaram-se 150 (centro e cinquenta) vagas, especialmente para profissionais que compõem as equipes técnicas.

Na segunda fase do curso, as 2 (duas) turmas – cada uma formada por 20 (vinte) alunos – receberam capacitação entre 22.10.2018 e 25.10.2018, no auditório da CGJ. As palestras foram proferidas pelas psicólogas Sandra Pinto Levy e Patrícia Glycerio, servidoras do TJ/RJ e referências nacionais na área.

A Corregedoria-Geral da Justiça apresentou o Calendário dos principais cursos implementados durante a gestão, tanto na modalidade presencial quanto virtual.

O Calendário, encaminhado por mensageiro aos Magistrados, além de apresentar a atuação da Corregedoria-Geral da Justiça, informou os temas, datas, palestrantes e Comarcas que receberam os cursos.